



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 02.051-00008042/2024

Pregão: 90082/2025

Objeto: O objeto da presente licitação é para contratação de empresa para confecção de móveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I – DOS FATOS:

Conforme sessão realizada dia 26 de Agosto de 2025 às 09:00 junto a Plataforma ComprasNet, Portal de Compras do Governo Federal conduzida por esta Pregoeira em conformidade com a lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 visando realizar certame com o objetivo de contratação de empresa para confecção de móveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos para atender as necessidades do HSJB/SAH, abriu a sessão pública conforme as disposições contidas no edital iniciando pela etapa de lances dos interessados.

Em seguida, a proposta do licitante classificado em primeiro lugar foi encaminhada a Assessoria Técnica/SAH para parecer técnico.

Dia 28/08/2025 – 09:00 - A proposta do 1º colocado foi desclassificada por ausência de documentos os quais o edital solicita para habilitação dentre eles: certidão negativa de débito com relação ao IPTU.

Aberta negociação de valores com o 2º colocado: REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA. A mesma aceitou ofertar o valor do 1º colocado R\$450.000,00 às 09:20.

Às 14:00 do dia 01/09/2025 foi aberta a sessão para comunicar que a Assessoria técnica informa que a proposta do 2º preço atende a solicitação.

Foi aberta intenção de recurso por parte da empresa: Variedade Comercial JGB, contra habilitação da empresa: Real VR, alegando dentre outros fatos já anexados ao processo que a empresa Real VR também não apresentou a Certidão de quitação do IPTU.

Dia 10/09/2025 as 11:30 - Com a razão e contrarrazão anexadas e avaliadas, inclusive com parecer jurídico e parecer do Diretor Geral, foi convocado o 3º colocado para negociação, empresa: PC PLANEJADOS CRUZEIRO LTDA, ao ser convocada para negociar preço, informa que não é possível fazer redução no valor ofertado durante a fase de lances. Mantendo R\$ 509.250,00.

Dia 17/09 – 14:00 abertura da sessão para informar o parecer técnico do 3º colocado. Houve inconsistência na internet, fomos informando os licitantes que estávamos sanando o problema.

Restabelecida a internet, continuamos informando os licitantes que a empresa de 3º preço PC Planejados Cruzeiro Ltda, foi aceita pelo Setor Solicitante.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



Aberta a intenção de recurso às 15:31, a empresa REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA, interpos recurso contra a habilitação da empresa PC PLANEJADOS.

II – DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS:

Aberto prazo para registro da intenção de recurso, foi apresentado recurso manejado pela empresa: REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA, CNPJ: 07.644.243/0001-01, contra a habilitação da proponente: PC PLANEJADOS CRUZEIRO LTDA, em razão da não apresentação de documentos exigidos no edital.

A proponente alega em síntese que:

O edital exige a apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial, com termo de abertura e encerramento.

A empresa concorrente apresentou balanços referentes a 2023 e 2024, mas:

- Não possuem termo de abertura e encerramento;
- Não estão registrados na Junta Comercial, o que viola a forma legal prevista no edital.

O edital prevê que:

“O licitante com resultado em quaisquer dos índices contábeis igual ou menor que 1,0 deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, apresentados na forma da lei.”

A concorrente não apresentou comprovação de patrimônio líquido mínimo exigido, tampouco documentação contábil registrada em conformidade com a lei.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. A revisão da habilitação da empresa PC Planejados Cruzeiro Ltda;
2. A consequente inabilitação da concorrente, por descumprimento das exigências editalícias.

RECURSO CONTRA DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA REAL VR

1. DOS FATOS

A empresa foi inabilitada por não apresentar a Certidão Negativa de Débitos de IPTU, prevista no item 16.4.2 do edital. Ocorre que a empresa não possui inscrição como



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



contribuinte de IPTU, por estar localizada em área de posse, não havendo possibilidade de emissão da referida certidão.

Importante destacar que a empresa apresentou regularmente a Certidão Negativa de Débitos de ISSQN, comprovando sua plena regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal.

A exigência de Certidão de IPTU para empresa que não é contribuinte do imposto é desarrazoada, desproporcional e viola os princípios da isonomia e da ampla competitividade (arts. 5º e 11 da Lei 14.133/2021).

FUNDAMENTOS DA NÃO EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS NÃO PERTINENTES:

A administração pública não pode exigir documentos fiscais desvinculados da realidade licitante, pois deve pautar-se pelo princípio da **razoabilidade e proporcionalidade**. A exigência deve ter pertinência com o objeto da licitação e a capacidade da empresa de executar o futuro contrato, sendo necessário que os documentos comprovem a regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações de forma direta.

Princípio do Interesse Público: A exigência de documentos deve servir ao interesse público, que é assegurar a contratação de empresas capazes e idôneas, e não prejudicar a competitividade com requisitos irrelevantes.

Em resumo a administração deve focar a exigência de documentos fiscais na verificação da regularidade e capacidade do licitante para executar o contrato, evitando a imposição de requisitos que não guardem relação com a realidade do fornecedor ou com o objeto da licitação.

Quanto ao **princípio da economicidade**, que impõe a contratação do menor preço possível dentre os serviços cujas qualidades sejam adequadas ao atendimento da necessidade pública. Assim, esse princípio determina que, como regra, a Administração não deve pagar mais caro do que o mercado para contratar objeto de mesmo tipo, qualidade e quantidade. Portanto, fica demonstrado abaixo, claramente, o quanto de prejuízo trará aos cofres públicos, o que implicará em punição a quem deu a causa ao tamanho do prejuízo:

VALOR DA REAL VR - INABILITADA INDEVIDAMENTE

VALOR UNITÁRIO R\$ 450.000,00

VALOR TOTAL R\$450.000,00

VALOR MÍNIMO PC PLANEJADOS CRUZEIRO LTDA

VALOR UNITÁRIO:R\$ 509.250,00

VALOR TOTAL R\$ 509.250,00

PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS R\$ 59.250,00



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



3. DO PEDIDO

Diante do exposto, respeitando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, do interesse público e da economicidade requer-se:

1. O provimento do presente recurso, anulando-se a decisão que inabilitou a empresa REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA;
2. O reconhecimento da suficiência da Certidão Negativa de ISSQN apresentada;
3. A consequente habilitação da empresa no certame.

Não sendo este o entendimento de V. Sa. requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21.

Termos em que,

Pede e espera deferimento,

Volta Redonda, 19 de setembro de 2025.

REAL VR COMÉRCIO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS

III – DAS CONTRA RAZÕES

A empresa 3ª colocada não apresentou contrarrazão.

IV - DA ANÁLISE

Por questões lógicas e temporais, esta pregoeira primeiro esclarecerá que todos os atos administrativos, até então, foram balizados em observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, e que qualquer recriminação contrária a isso trata-se de uma afronta a idoneidade dessa Administração.

Válido lembrar que o edital traça as regras que permeiam e obrigam igualmente todos os licitantes não podendo a Administração Pública tratar distintamente um ou outro.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



A empresa PC PLANEJADOS CRUZEIRO LTDA, anexou o balaço na forma da lei no SICAF, porém os documentos estão com data de registro após a data da licitação, ou seja, não seriam aceitos, mesmo que a mesma apresentasse sua contrarrazão.

V – DA CONCLUSÃO:

O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

Diante dos fatos colocados pela empresa: REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA, CNPJ 07.644.243/0001-01, continuo afirmando que o **edital é soberano** e que não me foi apresentado a Certidão Negativa de Débitos de IPTU o qual foi exigido no edital, por ser oportuno e no mérito, decido por inabilitar a empresa 3º colocado e continuar chamando os próximos licitantes para o julgamento e as negociações, afim de chegar a um vencedor, e ainda por encaminhar para que façam parte do referido processo a peça recursal, e a íntegra dessa decisão da qual a parte dispositiva colaciono no PORTALVR (www.portalvr.com)

Volta Redonda, 26 de Setembro de 2025

Sandra Pinto Barra
Pregoeira
HSJB/SAH